



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO SOCIOECONÔMICO  
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

Gerliane dos Santos Santana

**O Serviço Social no terceiro setor:** reflexões acerca do trabalho da assistente social na Associação Evangélica Beneficente de Assistência Social

Florianópolis  
2024

Gerliane dos Santos Santana

**O Serviço Social no terceiro setor: reflexões acerca do trabalho da assistente social na Associação Evangélica Beneficente de Assistência Social**

Trabalho de Conclusão de Curso submetido ao curso de Serviço Social do Centro Socioeconômico da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Orientador(a): Profa. Dra. Sirlândia Schappo

Florianópolis

2024

FICHA CATALOGRÁFICA GERADA POR MEIO DE SISTEMA AUTOMATIZADO GERENCIADO PELA BU/UFSC. DADOS  
INSERIDOS PELO PRÓPRIO AUTOR.

dos Santos Santana, Gerliane

O Serviço Social no terceiro setor : reflexões acerca do  
trabalho da assistente social na Associação Evangélica  
Beneficente de Assistência Social / Gerliane dos Santos  
Santana ; orientadora, Sirlândia Schappo, 2024.  
56 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade  
Federal de Santa Catarina, Centro Socioeconômico, Graduação  
em Serviço Social, Florianópolis, 2024.

Inclui referências.

1. Serviço Social. 2. Terceiro Setor. 3. AEBAS. 4. atuação  
profissional em Serviço Social. I. Schappo, Sirlândia. II.  
Universidade Federal de Santa Catarina. Graduação em Serviço  
Social. III. Título.

Gerliane dos Santos Santana

**O Serviço Social no terceiro setor:** reflexões acerca do trabalho da assistente social na  
Associação Evangélica Beneficente de Assistência Social

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi julgado adequado para obtenção do título de Bacharela em Serviço Social e aprovado em sua forma final pelo Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina.

Florianópolis, 02 de agosto de 2024.

---

Profa. Dra. Heloísa Teles  
Coordenação do Curso

**Banca examinadora:**

---

Profa. Dra. Sirlândia Schappo  
Orientadora

---

Profa. Dra. Maria Regina de Avila Moreira  
Departamento de Serviço Social UFSC

---

MSc. Daniel Luiz Pitz  
Assistente Social

Florianópolis, 2024.

Dedico este trabalho a minha filha amada.  
Aurora, cada sorriso seu me motivou a seguir em frente e me  
deu forças nos momentos mais desafiadores, este trabalho é  
nosso.

## **AGRADECIMENTOS**

À minha filha Aurora, eu te amo tanto. Estou aprendendo com você a me tornar mãe, me faço e refaço todo dia, pois o que servia ontem hoje já não serve mais ou precisa ser reformulado. E assim vamos construindo e fortalecendo nossos laços. Sabe, o melhor de tudo é te ouvir dizer que me ama mais que o infinito, e eu falo que amo mais ainda, até porque para o nosso amor não existem leis da física.

Quero agradecer aos meus pais, Celso Pereira de Santana e Germina Cupertino dos Santos Santana, pelos ensinamentos, pelo cuidado e pelo amor que recebo de vocês. Os ensinamentos de ser uma pessoa responsável pelas minhas atitudes, o cuidado que, em meio a tantas dificuldades financeiras e materiais, sempre foram presentes e continuam a ser na minha vida. Vocês tiveram pouco tempo de acesso à rede de ensino formal, mas me lembro de quando eu era pequena e a senhora me ensinava as letras do alfabeto. Minha letra favorita é o "S", pois a senhora me ensinou a desenhá-la, e isso me faz perceber que a vida é cheia de curvas, fluida e com muitas possibilidades. Meu pai, o senhor me ensinou a escolher minhas amizades verdadeiras e a ser amável com os colegas, e assim fiz e faço com maestria, sendo uma pessoa que acolhe e se importa com o outro. Sou grata pela vida de vocês.

Agradeço aos meus irmãos, Lucineide, Hélio, Gilnei e Leomir, por serem persistentes e fortes. Somos tão parecidos fisicamente e tão cheios de amor uns pelos outros. Crescemos juntos como família, construímos e reconstruímos nossas próprias famílias, mas nunca deixamos de ser família. Obrigada pelo apoio que vocês me deram, eu amo vocês. E sou muito feliz por ser tia dos filhos e filhas de vocês, e por vocês serem tios e tias presentes na vida da minha filha Aurora.

Agradeço aos meus sobrinhos e sobrinhas por me proporcionarem vários momentos de diversão e felicidade ao lado de vocês.

Quero agradecer pela oportunidade de ter tias e tios maternos e paternos que são acolhedores e amorosos. Em especial, à minha tia materna Felicidade (tia Bidanguí), que vejo como o amor em forma de pessoa e que faz jus ao seu nome, irradiando tanta felicidade (ela não é feliz o tempo todo, tá).

Aos meus primos maternos e paternos, obrigada pelos momentos de brincadeiras felizes que tivemos durante a infância.

Quero agradecer ao projeto de Educação Comunitária Integrar Gestus, que no ano de 2016 me deu a oportunidade de voltar a estudar e me preparar no decorrer

do ano para realizar a prova do vestibular. Esse lugar trouxe mudanças significativas para minha vida em sociedade. Obrigada pela oportunidade.

Aos meus amigos que tenho, vocês fazem parte desse trabalho de forma direta e indireta, pois sei que torceram por essa conquista.

Agradeço ao Leonardo Silva, meu querido Leozinho. Nossa amizade foi se construindo com o tempo, com alguns desafios bem no início, e agora ela é tão alicerçada na confiança, no respeito e no amor, como devem ser as amizades. Tu és meu irmão e estive ao meu lado em diversos momentos da minha vida. Te amo.

Agradeço a Maria Luiza Vargas, que é uma grande incentivadora na minha vida pessoal e profissional, sempre estive do meu lado, te amo amiga.

Sou grata pelas amizades e colegas que fiz durante a graduação. Em destaque, a Fabiana, Ana Claudia, Cynthia e Laíne. Quero dizer que as amo e tenho muito orgulho de vocês.

Ao Daniel Pitz, que é uma pessoa maravilhosa e um grande amigo que me traz várias perspectivas sobre as possibilidades para a vida.

À minha querida orientadora, a professora doutora Sirlândia Schappo, por me orientar neste trabalho, pela dedicação e, o melhor de tudo, por contribuir para a minha formação profissional e pessoal.

À professora doutora Maria Regina de Avila Moreira, que me inspira como mulher, profissional e professora. É um prazer imenso ter sido sua aluna, ouvir e aprender com você, e por ter sido minha supervisora de estágio.

Agradeço a todos os professores e funcionários do departamento que foram essenciais para a minha formação.

A situação atual desafia a profissão a enfrentar estas inflexões e construir respostas coletivamente. Claro que as possibilidades de concretização destes desafios profissionais não são alheias às tendências sociais e às correlações de forças existentes (Montaño, 2006, p. 143).



## RESUMO

Este Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) tem por objetivo debater sobre o espaço sócio-ocupacional e compreender como se apresentam na realidade, as contradições, os limites e as possibilidades do trabalho da assistente social no terceiro setor, em especial, na Associação Evangélica Beneficente de Assistência Social (AEBAS) localizada em Florianópolis, Santa Catarina. O texto apresenta a política neoliberal que reconfigura as políticas públicas e as formas de intervir nas expressões da questão social, afastando o estado de realizar ações efetivas de mudanças sociais, desresponsabilizando-o frente às demandas das questões sociais causadas pelo capitalismo. A Constituição Federal de 1988 do Brasil estabelece princípios fundamentais com o objetivo de garantir bem-estar e justiça social para todos os cidadãos, no entanto esses princípios passam a ser geridos por outros setores no âmbito da sociedade, precarizando e/ou privatizando os serviços, como é o caso da Seguridade Social no Brasil: Saúde, previdência e Assistência Social. Neste contexto, observam-se os desafios enfrentados pelas famílias para ter acessos aos serviços públicos e em um espaço do Terceiro Setor, a necessidade de maior investimento e apoio às políticas públicas para garantir a eficácia e a qualidade dos serviços prestados à comunidade e também as possibilidades, desafios e contradições da atuação profissional em concomitância com o projeto ético político no espaço sócio-ocupacional da AEBAS.

**Palavras-chave:** terceiro setor; AEBAS; atuação profissional em Serviço Social.

## ABSTRACT

This Course Completion Work (TCC) aims to debate the socio-occupational space and understand how the contradictions, limits and possibilities of the social worker's work in the third sector present themselves in reality, especially in the Associação Evangélica Social Assistance Charity (AEBAS) located in Florianópolis, Santa Catarina. The text presents the neoliberal policy that reconfigures public policies and ways of intervening in the expressions of social issues, removing the state from carrying out effective actions for social change, making it unaccountable to the demands of social issues caused by capitalism. The 1988 Federal Constitution of Brazil establishes fundamental principles with the aim of guaranteeing well-being and social justice for all citizens, however these principles are now managed by other sectors within society, making services precarious and/or privatizing, as is the case of Social Security in Brazil: Health, pensions and Social Assistance. In this context, we observe the challenges faced by families in accessing public services and in a Third Sector space, the need for greater investment and support for public policies to guarantee the effectiveness and quality of services provided to the community and also the possibilities, challenges and contradictions of professional performance in conjunction with the political ethical project in the socio-occupational space of AEBAS.

**Keywords:** third sector; AEBAS; professional performance in Social Service.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AEBAS	Associação Evangélica Beneficente de Assistência Social
AMENCAR	Associação de Apoio a Criança e ao Adolescente
CAS	Centro de Assistência Social
CNAS	Conselho Nacional de Assistência Social
CRAS	Centro de Referência da Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
LBA	Legião Brasileira de Assistência
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
ONGs	Organizações não governamentais
OSCs	Organizações da sociedade civil
PAC	Programa e Aceleração de Crescimento
PADICA	Programa de Apoio ao Desenvolvimento Integral da Criança e Adolescente
PETI	Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
SCFV	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
SESC	Serviço Social do Comércio
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
UDESC	Universidade do Estado de Santa Catarina
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>13</b>
<b>2</b>	<b>ESTADO, QUESTÃO SOCIAL E O TERCEIRO SETOR.....</b>	<b>16</b>
2.1	A (DES)RESPONSABILIZAÇÃO DO ESTADO NO ATENDIMENTO ÀS NECESSIDADES SOCIAIS.....	16
2.2	O NEOLIBERALISMO E O TERCEIRO SETOR COMO TRANSFERÊNCIA DE RESPONSABILIDADE DO ESTADO COM AS EXPRESSÕES DA QUESTÃO SOCIAL.....	22
<b>3</b>	<b>AEBAS E O SERVIÇO SOCIAL: HISTORICIDADE, DEMANDAS PROFISSIONAIS, LIMITES E POSSIBILIDADES.....</b>	<b>26</b>
3.1	CARACTERIZAÇÃO GERAL DA INSTITUIÇÃO.....	26
3.2	O SERVIÇO SOCIAL NO CONTEXTO INSTITUCIONAL.....	30
3.3	A EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO OBRIGATÓRIO EM SERVIÇO SOCIAL NA INSTITUIÇÃO.....	32
3.4	AS CONTRADIÇÕES, OS LIMITES E POSSIBILIDADES DO TRABALHO DA ASSISTENTE SOCIAL NA AEBAS.....	35
3.5	A IMPORTÂNCIA DA ARTICULAÇÃO DO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO NA PRÁTICA PROFISSIONAL DA/O ASSISTENTE SOCIAL NO TERCEIRO SETOR.....	44
<b>4</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>47</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>49</b>
	<b>ANEXOS.....</b>	<b>52</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O Serviço Social no Terceiro Setor refere-se à prática profissional de assistentes sociais que atuam em organizações não governamentais (ONGs), organizações da sociedade civil (OSCs), entidades filantrópicas, fundações, associações comunitárias e outras instituições que compõem esse setor. Para contextualizar essa prática, é importante entender o que é o Terceiro Setor e como o Serviço Social se insere nele.

A partir dessa temática, o objetivo geral deste trabalho é compreender como se apresentam na realidade, as contradições, os limites e as possibilidades do trabalho da Assistente Social no terceiro setor, em especial, na Associação Evangélica Beneficente de Assistência Social (AEBAS) em Florianópolis/SC.

Refletir sobre o trabalho da Assistente Social na AEBAS e em outras organizações do terceiro setor é multifacetado e desafiador. Para este desafio buscou-se desenvolver uma reflexão a partir de embasamentos teóricos e da experiência vivenciada no campo de estágio, assim como um compromisso contínuo com os princípios éticos e políticos da profissão. Uma atuação crítica contribui significativamente para a promoção do bem-estar e da justiça social para os sujeitos que demandam e participam dos espaços sócio-ocupacionais em que está inserida. Logo, surge o seguinte problema de pesquisa: Quais as contradições, os limites e as possibilidades do trabalho da Assistente Social na Associação Evangélica Beneficente de Assistência Social?

A inserção do serviço social no terceiro setor, especialmente no contexto da AEBAS é um tema de grande relevância e complexidade. Essa realidade implica uma série de reflexões acerca do papel, dos limites, contradições e possibilidades do trabalho da assistente social nesse ambiente específico.

A escolha dessa temática foi motivada pela experiência de estágio obrigatório I, II e III em Serviço Social da autora deste TCC na AEBAS nos semestres de 2022.2 a 2023.2, a qual acompanhou a atuação da assistente social no serviço de convivência e fortalecimento de vínculos nesta ONG. Tendo como norteador a Lei de Regulamentação da Profissão (Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993) e o Código de Ética Profissional de 1993.

Além disso, é essencial a compreensão do contexto em que o terceiro setor opera. Este setor é composto por ONGs, associações, fundações e outras entidades

que atuam no atendimento às demandas sociais em áreas onde o Estado não está presente ou encontra-se de forma insuficiente.

Conforme documentos da AEBAS, a atuação da assistente social nesse contexto requer uma abordagem sensível e respeitosa às crenças e valores dos beneficiários e colaboradores da associação (AEBAS 2022). A presença de uma orientação religiosa pode influenciar tanto as políticas internas da instituição quanto às percepções e expectativas daqueles que dela recebem apoio. A prática do serviço social no terceiro setor também levanta questões éticas e políticas importantes. É essencial garantir que as intervenções realizadas estejam alinhadas com os princípios e valores éticos da profissão, incluindo a promoção da justiça social, a defesa dos direitos humanos e a autonomia dos indivíduos.

Os procedimentos metodológicos utilizados neste trabalho abrangem inicialmente um mapeamento do referencial teórico bibliográfico sobre o tema, especialmente no Serviço Social. Este levantamento busca uma reflexão no que diz respeito à produção do Serviço Social sobre o terceiro setor e a inserção e problematização desta categoria profissional nesta área de atuação, destacando as principais questões levantadas pelos autores e o contexto neoliberal do chamado pluralismo de bem-estar social.

Sendo assim, o trabalho também aprimora os conhecimentos obtidos na experiência da estagiária nesse campo de atuação e como foram construídas dentro do país as demandas do trabalho profissional nesta área, partindo do pressuposto que no momento em que se realiza um estudo sobre o tema, adquire-se um saber e aperfeiçoamento sobre o assunto que poderá contribuir para a construção e reconstrução do Serviço Social nesta área de atuação. Complementa-se assim, esta análise utilizando referencial de leitura na área do Serviço Social, em revistas, livros, TCC e artigos produzidos por autores que debatem sobre o serviço de convivência e fortalecimento de vínculos em instituições não governamentais e a atuação profissional.

O referencial teórico utilizado apresenta análises relacionadas ao papel das instituições privadas nesse contexto, os desafios e oportunidades de fortalecimento de vínculos e as práticas de intervenção nesses espaços. Suas análises oferecem percepções valiosas para a construção e desenvolvimento deste Trabalho de Conclusão de Curso.

Outro procedimento utilizado para a construção deste TCC foi a entrevista semi-estruturada com duas Assistentes Sociais, uma está atuando na associação e a segunda atuou até o início do segundo semestre de 2023, esta entrevista foi elaborada com 12 questões discursivas, que busca compreender as contradições e possibilidades do trabalho na AEBAS, e consta em anexo no final deste Trabalho.

Com o aprofundamento da discussão e a construção de uma teoria sólida a pesquisa constitui-se de um “conjunto de processos que o espírito humano deve empregar na investigação e demonstração da verdade” (Cervo; Bervian, 1999, p. 23). Valorizando a realidade e conhecimento adquirido durante este processo, sendo uma pesquisa do tipo qualitativa (Minayo, 2000), este trabalho está estruturado em 2 capítulos:

No primeiro capítulo apresenta-se a (des)responsabilização do Estado no atendimento às necessidades sociais. É essencial entender como o neoliberalismo moldou as políticas públicas e os serviços sociais nas últimas décadas. O neoliberalismo, com sua ênfase na redução do papel do Estado e na mercantilização das políticas públicas, a transferência de responsabilidades estatais para o terceiro setor. Esse movimento, que visa uma gestão de Estado mínimo e uma maior participação da sociedade civil e ONGs. Na prática esse processo revela uma lógica de retirada do Estado frente às expressões da questão social. O terceiro setor ao assumir funções antes atribuídas ao Estado torna-se uma peça-chave na manutenção de um sistema que ao invés de enfrentar as desigualdades estruturais as perpetua.

O segundo capítulo tem por foco contextualizar a Associação Evangélica Beneficente de Assistência Social (AEBAS). Esta é uma associação do terceiro setor, que atua em comunidades que estão em situação de vulnerabilidade social, buscando suprir as lacunas deixadas pelo Estado. O Serviço Social inserido no contexto institucional da AEBAS enfrenta desafios significativos, tais como a limitação de recursos, a falta de profissionais da área em outros núcleos e as contradições inerentes ao trabalho. A experiência de estágio obrigatório na AEBAS ofereceu uma visão prática dos limites e possibilidades do trabalho do assistente social, e compreender a atuação da Assistente Social na instituição: as contradições, os limites e as possibilidades, o trabalho dos profissionais segundo o projeto ético-político da profissão.

## 2 ESTADO, QUESTÃO SOCIAL E O TERCEIRO SETOR

Neste capítulo discutiremos como o terceiro setor atua como um mecanismo de transferência da responsabilidade do Estado em lidar com as expressões da questão social, ampliando as atribuições da sociedade civil no atendimento às demandas sociais. Essa relação compreende a filantropia, os serviços sociais colocados como benevolente das instituições não governamentais sem fins lucrativos, que lucram de forma indireta ou direta através dos serviços prestados. Essa contextualização da desresponsabilização do Estado no atendimento às necessidades sociais é fundamental para a compreensão da atuação do Serviço Social no terceiro setor.

### 2.1 A (DES)RESPONSABILIZAÇÃO DO ESTADO NO ATENDIMENTO ÀS NECESSIDADES SOCIAIS

O Estado é uma estrutura política que exerce autoridade sobre um determinado território e sua população, sendo responsável por garantir acesso às políticas sociais pensadas para o bem-estar dos cidadãos. No entanto, com ações voltadas ao interesse do capital, o Estado muitas vezes atua em benefício dos interesses das grandes corporações e elites econômicas, em vez de promover o bem-estar da sociedade como um todo. Isso pode levar a políticas que favorecem a concentração de riqueza e poder nas mãos de poucos, em detrimento da maioria da população (Montaño, 2012) .

As relações sociais, econômicas e políticas se mantêm em constantes conflitos e disputas pelo orçamento público. De um lado se encontram as demandas da classe trabalhadora, pois é esta que produz e em parte consome, porém não é a detentora dos meios de produção, e não tem acesso ao lucro excedente. No entanto, “o Estado assume tarefas e funções essenciais para a nova fase de acumulação capitalista e inibição-institucionalização dos conflitos sociais da classe trabalhadora” (Montaño, 2012, p. 274).

A superexploração da classe trabalhadora e a falta de políticas sociais resultaram em um estado de pauperização dessa classe. Diante dessa situação, os trabalhadores passaram a reivindicar e a se mobilizar em prol do desenvolvimento de políticas que lhes concretizassem direitos. Esse movimento de pressão social



contribuiu para que o Estado interviesse na economia e implementasse medidas de proteção social

É no bojo desse duplo movimento, tenso e contraditório, sensível, ao mesmo tempo, aos interesses do capital e do trabalho, que nasce a política social moderna, integrante de um complexo político-institucional mais tarde denominado *Welfare State* ou Estado de bem-estar social (Pereira, 2000, p.120).

Essas mudanças foram impulsionadas principalmente pela reestruturação produtiva, que teve início durante a crise do capitalismo nos anos 70 do século passado, caracterizada pela adoção dos princípios do projeto neoliberal, os quais tiveram um impacto significativo na reformulação das estruturas do Estado. Com a tentativa de apontar a causa da recessão financeira que o capital estava passando no momento, argumentava-se que havia sido causada pelas recém criadas políticas sociais, como a ponta (Cotrim 2020).

Pontua-se que os gastos públicos em políticas sociais foi uma das principais justificativas para a existência da crise de 1970, de modo que se defendia que as responsabilidades do Estado juntamente com a seguridade social fizeram com que se entrasse em crise, afetando os direitos dos indivíduos e em especial a classe trabalhadora (Cotrim, 2020, p.29)

As transformações sociais e econômicas ocorridas nas décadas seguintes foram substancialmente influenciadas pela reestruturação produtiva, cujo início remonta à crise do capitalismo nos anos 1970.

Segundo Cotrim (2020) este processo de reestruturação foi fundamentalmente marcado pela adoção dos princípios do neoliberalismo, os quais desempenharam um papel significativo na reconfiguração das instituições estatais durante a crise que se manifestou no final da década de 1970 gerando manifestações no contexto social e econômico.

Os motivos que realmente levaram à crise financeira foram os excessos provocados pelo fordismo e taylorismo; a ideologia neoliberal, porém, utiliza deste momento para atacar o Estado intervencionista, indicando os gastos com as políticas públicas como um dos responsáveis pela crise (Silva, 2008, p.24)

O Estado moderno se vê compelido a redefinir suas funções, tornando-se cada vez mais suscetível às demandas do capital. Em nome da competitividade do mercado, ocorrem modificações nas leis trabalhistas, e o Estado é submetido a uma

reformulação de seus fundamentos, flexibilizando e precarizando as políticas sociais, prevalecendo os interesses do ideário neoliberal.

[...] a proposta neoliberal é a de cortar ainda mais os gastos públicos, agravando a já iníqua situação de alocação de recursos para as políticas sociais. Essa perversa combinação vem gerando um círculo vicioso, cuja ruptura tem sido marcada por propostas de "reformas" no âmbito social que nem sequer têm minimizado aquilo que se considera como "seqüelas transitórias do ajuste. Pelo contrário, sob a denominação de "reformas têm-se provocado na América Latina processos de desmonte dos incipientes aparatos públicos de proteção social (Soares, 2000, p. 71).

Que se vislumbra na organização do sistema produtivo fordista, notável por sua ênfase na produção em massa, muitas vezes dissociada das demandas específicas do mercado, ao qual é completo com o plano keynesiano, que se concentra nas políticas macroeconômicas para promover o pleno emprego e a estabilidade econômica.

As políticas keynesianas, ao promoverem a intervenção estatal na economia, visaram regular os ciclos econômicos e garantir o pleno emprego, no entanto, ao sustentar a demanda agregada através do gasto público, também criaram condições para a consolidação do capitalismo monopolista (Iamamoto, 2007, p. 78).

Para alcançar esses fins, e políticas fiscais e monetárias em geral caracterizadas como "keynesianas" foram implantadas extensamente para suavizar os ciclos de negócio e assegurar um nível de emprego razoavelmente pleno (HARVEY, 2013 P.20). Entretanto, o aumento do desemprego e da inflação levou a tensões sociais e políticas em muitos países, resultando em protestos, greves e movimentações sociais. O neoliberalismo traz novas ideias sobre o papel do Estado, sua intervenção frente às questões sociais postas naquele contexto social.

As expressões da questão social são vistas na perspectiva neoliberal como de responsabilidade do indivíduo ou de outras questões, compreendidas como algo separado de suas estruturas geradoras no âmbito econômico e social, como meio de justificar que o acúmulo do capital não é o responsável pelas expressões da questão social que atingem a classe trabalhadora.

Assim, o "social" pode ser visto como "fato social", como algo natural, a-histórico, desarticulado dos fundamentos econômicos e políticos da sociedade, portanto, dos interesses e conflitos sociais. Assim, se o problema social (a "questão social") não tem fundamento estrutural, sua solução também não passaria pela transformação do sistema (MONTAÑO, 2012, p. 271).

O sistema é pensado e projetado para concentração do capital, intervenções com ideias neoliberais e a redução dos direitos sociais, bem como a abertura e gestão sem intervenção estatal, observa-se que também uma nova abordagem para lidar com as pressões sociais, como a desigualdade e a chamada "questão social". Nesse contexto, o terceiro setor é mobilizado para realizar tais atividades, muitas vezes assumindo uma abordagem de caridade, colocando os direitos políticos e sociais como algo benevolente, realizado por convênios entre Estado e sociedade civil, e com isso opera-se a maximização da implantação de instituições e entidades filantrópicas.

Como solução parcial à crise capitalista, o neoliberalismo pretende a reconstituição do mercado livre, reduzindo e inclusive eliminando a intervenção social do Estado em diversas áreas e atividades. Assim, nessa nova estratégia hegemônica (neoliberal) do grande capital, é concebido um novo tratamento à "questão social". Cria-se uma modalidade polimórfica de respostas às necessidades individuais, diferentes conforme o poder aquisitivo de cada pessoa. Portanto, tais respostas não constituiriam um direito, mas uma atividade filantrópica/voluntária ou um serviço comercializável; também a qualidade dos serviços responde ao poder aquisitivo da pessoa; a universalização cede lugar à focalização e à municipalização; a "solidariedade social" passa a ser localizada, pontual, identificada com a auto-ajuda e com a ajuda-mútua (MONTAÑO, 2006, p. 03).

Os direitos sociais deveriam ser garantidos pelo Estado para todos, no entanto essa não é a realidade. O uso dessas instituições não garante acesso para todos, vai apenas servir de instrumento usado pelo neoliberalismo, a fim de instaurar o Estado mínimo e sucatear as políticas públicas.

Os direitos com os quais as políticas públicas se identificam, e devem concretizar, são os direitos sociais, que se guiam pelo o princípio da igualdade, embora tenham no seu horizonte os direitos individuais que se guiam pelo princípio da liberdade (Pereira, 2013, p. 102).

As políticas públicas são instrumentos essenciais na promoção do bem-estar social e na concretização dos direitos de cidadania. No entanto, em tempos de crise capitalista, a essência e o propósito dessas políticas são frequentemente distorcidos. Pereira destaca a importância de refletir sobre o sentido público das políticas públicas. "As políticas públicas e, conseqüentemente, a política social, têm como uma de suas principais funções a concretização de direitos de cidadania conquistados pela sociedade e amparados pela lei" (Pereira, 2013 p.101).

O sentido público das políticas públicas está intrinsecamente ligado à promoção da justiça social e ao fortalecimento da cidadania.

A identificação das políticas públicas com os direitos sociais decorre do fato de esses direitos terem como perspectiva a equidade, a justiça social, e permitirem à sociedade exigir atitudes positivas, ativas do Estado para transformar esses valores em realidade. Daí porque, no campo de atuação das políticas públicas, a participação do Estado, seja como regulador, seja como provedor ou garantidor de bens públicos como direito, é considerada fundamental (Pereira, 2013, p.102).

Porém na lógica neoliberal, as políticas sociais são redirecionadas para sustentar o capital, ao invés de promover o bem-estar dos trabalhadores. E as políticas sociais acabam sendo direcionadas para outros setores que acabam sendo dissolvidas e privatizadas. E sem respostas para as expressões da questão social da perspectiva de direitos, sendo colocadas com necessidades individuais, como ações de cunho filantrópico ou voluntário, ou serviços passíveis de comercialização. Em muitas das suas ações estão ligadas a concepção que, “ênfatisa "solidariedade social" passa a ser localizada, pontual, identificada com a auto-ajuda e com a ajuda-mútua.” Montañó (2006, p.03)

Essas instituições que fazem parte do terceiro setor se apresentam como impulsionadoras de ações voluntárias e solidárias, que acabam gerando uma relação duradoura entre a assistência social e a filantropia, e não há interesse nessa desvinculação, pois essas ações acabam gerando fragmentos nas políticas sociais. E o não investimento do Estado nas políticas sociais, o que propicia a desresponsabilização estatal.

O projeto neoliberal, que confecciona esta nova modalidade de resposta à “questão social”, quer acabar com a condição de direito das políticas sociais e assistenciais, com seu caráter universalista, com a igualdade de acesso, com a base de solidariedade e responsabilidade social e diferencial (todos contribuem com seu financiamento e a partir das capacidades econômicas de cada um).( Montañó, 2006, p.03).

Gradualmente, políticas sociais estão sendo retiradas da esfera do Estado e se tornam mercadorias de consumo, sendo privatizadas, e transferidas para o mercado e/ou alocadas na sociedade civil. Com a privatização e terceirização das políticas públicas, o Estado fará intervenção apenas para a camada mais pobre da

população. Isto configura o tipo de resposta do Estado à “questão social” fundamentalmente dirigido às populações mais carentes (Montão, 2006, p.03).

Segundo Montão (2006) a re-mercantilização dos serviços lucrativos, sendo eles transferidos para o mercado e vendidos como mercadoria. E a re-filantropização será transferida para a sociedade civil, onde acontece as práticas voluntárias, filantrópicas sendo um.

tipo de fornecimento empresarial de serviços sociais, dirigidos aos cidadãos plenamente “integrados”. [...] É neste espaço que surgirá o “terceiro setor”, atendendo a população “excluída” ou parcialmente “integrada”. Isto se constitui como “uma luva” na mão do projeto neoliberal (Montão, 2006, p.04).

O terceiro setor é um lugar cheio de contradições, onde ocorre uma maior precarização dos serviços sociais, o enfrentamento das expressões da questão social, se dá por muitas vezes da forma em que ela é vista, sem análise crítica acerca do contexto social posto, e as mazelas que o capitalismo causa (Montão, 2002).

Sobre a reconfiguração das políticas sociais, Montão (2002) traz que o papel do terceiro setor é fundamental para a manutenção das ideias neoliberais, ao reduzir a intervenção estatal e promover a lógica de mercado, transfere a responsabilidade pelo bem-estar social para organizações não-governamentais e iniciativas privadas, reforçando a desigualdade e a exclusão social.

## 2.2 O NEOLIBERALISMO E O TERCEIRO SETOR COMO TRANSFERÊNCIA DE RESPONSABILIDADE DO ESTADO PARA COM AS EXPRESSÕES DA QUESTÃO SOCIAL

Silva (2008) aponta que o neoliberalismo configura-se como um modelo de governança que prioriza a economia em detrimento da sociedade, promovendo a construção de mecanismos institucionais e legais frágeis que favorecem a concorrência no mercado. Esse sistema, ao invés de evitar a concentração econômica, frequentemente perpetua desigualdades ao beneficiar desproporcionalmente grandes corporações em detrimento das pequenas e médias empresas .

O neoliberalismo é em primeiro lugar uma teoria das práticas político-econômicas que propõe que o bem-estar humano pode ser mais bem promovido liberando-se as liberdades e capacidades empreendedoras

individuais no âmbito de uma estrutura institucional caracterizada por sólidos direitos a propriedade privada, livres mercados e livre comércio (Harvey, 2013, p.12)

Embora o discurso neoliberal proponha a multiplicação do acesso à propriedade e a implementação de coberturas sociais de risco, na prática, essas medidas tendem a ser insuficientes e restritivas.

Tendo em vista que esse discurso neoliberal não tem como interesse prioritário a classe trabalhadora, nem as expressões das questões sociais postas, mas sim o intuito de retirada dos papéis do Estado no âmbito do bem-estar, uma justificativa para poder privatizar e mercantilizar políticas sociais conquistadas pela classe trabalhadora.

Segundo Cotrim, “com o neoliberalismo, a classe trabalhadora encontra-se ainda mais longe de alcançar os seus direitos e ter uma vida digna, com bem-estar”. (Cotrim, 2020, p.30). A política neoliberal tem grande influência sobre o Estado, ensejando mudanças ao longo do tempo e em diferentes configurações sociais, sendo ele mutável e adaptável às consequências sociais que o capital produz, tornando-se um aparelho de dominação utilizado pela burguesia, que traz um discurso de liberdade, esse modelo falho, pois gera uma concentração econômica desigual, e que também reforça estruturas que perpetuam a desigualdade na sociedade em diversos aspectos da sociedade como um todo.

Este modelo de política segundo Cotrim (2020, p. 30), “não é exatamente para todos; é tão somente para aqueles que já possuem poderes para construir a economia e que já tem a sua propriedade privada, restando ao Estado apenas protegê-los”.

Nessa perspectiva, o Estado é um instrumento para conter de diversas formas a classe trabalhadora, usando a força, ou negociando os mínimos de direitos conquistados pelas lutas sociais. Ao mesmo tempo é compreendido como um estado democrático de direito, conforme estabelecido na Constituição de 1988.

A Constituição Federal de 1988 do Brasil estabelece princípios fundamentais com o objetivo de garantir bem-estar e justiça social para todos os cidadãos. O artigo 194 estabelece que "a seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência social e de assistência social" (Brasil, 1988).

Como por exemplo, o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) é um marco importante na organização da política de assistência social no Brasil,

proporcionando um modelo de atendimento universalizado. O SUAS foi instituído após dez anos da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS/1993) e tem como objetivo garantir a proteção social a todas as pessoas em situação de vulnerabilidade e risco social, de forma descentralizada e participativa. (PNAS, 2004)

O SUAS busca assegurar que todas as pessoas tenham acesso aos serviços e benefícios socioassistenciais, independentemente de contribuições prévias. Isso inclui programas de transferência de renda, acolhimento institucional, e serviços de convivência e fortalecimento de vínculos.

Esses princípios refletem o compromisso da Constituição de 1988 com a proteção social e a promoção de uma sociedade mais justa e equitativa, garantindo a todos os cidadãos acesso aos direitos básicos de saúde, previdência e assistência social (Couto, 2004, p.159).

A perspectiva sobre o Estado era que ele fosse responsável em promover bem-estar social, garantindo direitos e proteção aos cidadãos. Porém, com o endossamento das políticas neoliberais promoveram a diminuição do papel do Estado na provisão de serviços sociais.

Machado (2010) cita que, as organizações não governamentais passaram a atuar com maior ênfase nos anos 1990, tornando-se um ator em negociação com o Estado.

As ONGs por vezes agem como organizações "neo" ou "para", em vez de não governamentais, caminhando no sentido de ajudar a sustentar um setor público esvaziado pelo Estado e, ao mesmo tempo, tornar possível que este se exima do que era considerada sua responsabilidade. (Machado, 2010, p. 271)

As práticas de solidariedade, filantropia, caridade é muito presente na prática destas ONGs, que expressam em suas raízes conceitos neoliberais sobre as expressões das questões sociais. E assim o neoliberalismo vai atuando junto ao terceiro setor para poder gerir as políticas sociais conforme a lógica do mercado.

O projeto neoliberal encontrou no "terceiro setor" uma forma de responder às carências deixadas pelo Estado no atendimento às políticas básicas: de forma paliativa e pontual a população recebe um atendimento, mesmo que esse seja de baixa qualidade e não solucione os problemas em longo prazo. Um outro caráter desse atendimento é o critério cada vez menos universal e mais seletivo, descaracterizando o sentido do direito. (Silva, 2008, p.52).

O primeiro setor é constituído pelo Estado, o segundo setor pelos entes privados que buscam fins lucrativos – ou seja, o mercado, o terceiro setor é apresentado sob uma perspectiva de organizações não governamentais (ONGs) e as entidades filantrópicas, são frequentemente vistas como alternativas eficientes para a prestação de serviços sociais, substituindo, em certa medida, o Estado, transferindo sua responsabilidade para a sociedade civil. Montão (2006) exemplifica esses três setores,

consolidam-se três modalidades de serviços de qualidades diferentes – o privado/mercantil, de boa qualidade; o estatal/ “gratuito”, precário e o filantrópico/voluntário, geralmente também de qualidade duvidosa – para duas categorias de cidadãos: os “integrados”/consumidores e os “excluídos”/assistidos (Montão, 2006, p.04)

Isso muitas vezes implica na precarização de serviços da assistência social, na criação e manutenção de infraestrutura e na alocação de recursos para garantir a qualidade e a disponibilidade desses serviços em todo o país.

A eficácia na prestação de serviços públicos é crucial para promover a igualdade de oportunidades e reduzir as disparidades socioeconômicas na sociedade. “o Estado de Bem-Estar obteve as suas maiores obrigações em garantir a seguridade social” (Pereira, 2000, p. 120).

As políticas de ações do neoliberalismo dificultam o bem estar social, pois tem em sua gênese a redução do papel do Estado, o livre mercado, gerando o aumento da desigualdade econômica e social. A privatização e a desregulamentação frequentemente associadas ao neoliberalismo podem levar à erosão dos serviços públicos essenciais, como saúde, educação e seguridade social. Isso pode resultar em uma diminuição do acesso e da qualidade dos serviços para a classe trabalhadora.

De forma estratégica foram criando ideias de negação às políticas públicas, com o intuito de colocar uma ideia que se for pago é melhor, se tem concessões vai melhorar a qualidade do serviço, e assim se potencializa que busca pelos lucros a qualquer custo, mesmo que isso signifique ignorar questões sociais importantes no contexto social, “em consequência dessa estratégia de esvaziamento das esferas públicas e de destituição de direitos, há sociedades cada vez mais passivas, injustas, pobres e desiguais” (Viana, 2007, p.70)



[...] a estratégia utilizada pelos neoliberais, de criar uma nova mentalidade cultural e política, contrária à cultura dos direitos, deu resultados e ganhou adesões, porque penetrou fundo no chão das crenças populares em busca de um consenso [...] Com essa estratégia, efetivou-se uma combinação perfeita entre crenças e senso comum com teorias e ideologias defensoras da eficiência e eficácia dos interesses do capital (Viana, 2007, p.69)

No contexto brasileiro, isso resulta na precarização das políticas públicas, contradizendo os princípios constitucionais que visam ampliar os direitos sociais da população, porém os interesses do capital seja a privatização e a terceirização, através da teoria neoliberal e a prática de um pluralismo de bem-estar social.

O pluralismo de bem-estar social sugere a diversificação dos provedores de serviços sociais, incluindo o Estado, o mercado, a comunidade e a família. Essa abordagem reconhece que a responsabilidade pelo bem-estar dos indivíduos deve ser compartilhada. Através do conceito de descentralização, o pluralismo ganha relevância em um contexto de políticas neoliberais que promovem a descentralização e a privatização de serviços sociais. Isso inclui a redução do papel do Estado na provisão direta de serviços e o aumento da participação de organizações não governamentais, do setor privado e da própria comunidade. Pereira (2000) pontua que “A descentralização implica redução do poder do governo central e um maior comprometimento do mercado e da sociedade com a provisão social, oportunizando a consequente privatização (mercantil e não mercantil) do bem-estar público”. (Pereira, 2000, p. 35)

Com atores além do Estado, o terceiro setor e a iniciativa privada, a ideia de pluralismo de bem-estar buscando novos arranjos como aponta Pereira (2000), o trabalho voluntário, e o doméstico desenvolvidos pelas famílias e comunidade, os desafios e limitações que a família enfrenta ao assumir essa responsabilidade, como a falta de recursos financeiros, a sobrecarga de trabalho, a desigualdade de gênero nas responsabilidades de cuidado e a pressão adicional sobre as mulheres.

### **3 AEBAS E O SERVIÇO SOCIAL: HISTORICIDADE, DEMANDAS PROFISSIONAIS, LIMITES E POSSIBILIDADES**

Neste capítulo abordo a historicidade da instituição em um contexto geral, as atividades realizadas neste espaço enquanto estagiária, e as atividades propostas pela instituição, sendo essa uma instituição pertencente ao terceiro setor e presta serviços de convivência e fortalecimento de vínculos para crianças e jovens da comunidade da Caeira do Saco dos Limões, onde realizei o estágio obrigatório em serviço social, durante os semestres 2022.2, 2023.1 e 2023.2. Nele destaca-se análises a partir do objetivo geral que é compreender a atuação da Assistente Social na instituição: as contradições, os limites e as possibilidades e o trabalho dos profissionais tendo como base para as reflexões o projeto ético-político da profissão.

#### **3.1 CARACTERIZAÇÃO GERAL DA INSTITUIÇÃO**

A Associação Evangélica Beneficente de Assistência Social (AEBAS), inscrita no CNPJ: 83.932.608/0001-81, está localizada no endereço: rua Pedro Cunha, número:1031 CEP:88070500, bairro Estreito, Florianópolis/SC.

A AEBAS é uma associação que iniciou suas atividades no município de Florianópolis-SC, em 1955, momento em que observou a necessidade de oferecer atendimento, no âmbito da saúde, primeiramente aos evangélicos, na área continental da capital, pois não se tinha naquela localidade um atendimento de saúde. Diante da vulnerabilidade social no bairro do Estreito em Florianópolis, com atendimento ambulatorial, priorizava pessoas em situação de vulnerabilidade social e permaneceu até 1992, por meio do voluntariado, da contribuição de associados e de convênios com o Poder Público. (AEBAS, 2022)

Identificaram-se diversas demandas relacionadas à saúde e ao cuidado das crianças e adolescentes, ligados à situação de vulnerabilidade e risco social que se encontravam. Propondo-se a mudança desta realidade, no início do ano 1980, a AEBAS direciona seu trabalho também para a atenção integral das crianças e adolescentes, por meio de atividades ligadas às Políticas de Educação e Assistência Social, começando mais uma etapa de seu trabalho em Florianópolis, com os Centros de Assistência Social - CAS. Em 1998, a Associação passa a atuar na educação formal, mantendo o Colégio Cristão de Florianópolis, com a perspectiva de privado,

mas que disponibiliza 30% de bolsas para pessoas em situação de vulnerabilidade social. Esta se manteve até o ano de 2010. (AEBAS, 2022)

Reconhecida Utilidade Pública por Lei Municipal – Decreto nº 339 de 29/05/1958, Estadual – Lei nº 306 de 16/08/1957 e Federal – Decreto de 22/06/1993. Reconhecida como Entidade de Fins Filantrópicos – Deferido em 01/09/94 e registrada no CNAS – Processo nº 28995/94-38. (AEBAS, 1994).

Com foco exclusivo na Educação e Assistência Social, oferecendo no seu atendimento o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) e Educação Complementar, para crianças e adolescentes de 6 a 18 anos, por meio de três CAS (Centro de Assistência Social), localizados na ilha de Florianópolis, nas comunidades Caieira do Saco dos Limões, Agrônômica (Vila Santa Vitória), e no município de Palhoça, a comunidade de Frei Damião. E tem como objetivo atender a 320 crianças e adolescentes da grande Florianópolis que vivem em situação de vulnerabilidade e risco sociais, por meio da Assistência Social e Educação Complementar, contribuindo para o exercício da cidadania. (AEBAS, 2022)

A AEBAS conta com parcerias com a Mesa Brasil SESC, Prefeitura de Florianópolis, Palhoça, Igreja Presbiteriana de Florianópolis, Comunidade Luterana da Trindade, Orcale, Fonte Church, Capemisa Social, Padrinhos e Associados AEBAS dentre outros (AEBAS, 2022).

Em sua estrutura hierárquica está a diretoria que é composta pelo presidente, vice-presidente, secretário e tesoureiro, conselho fiscal e conselho. Além desses cargos, há os profissionais que formam a equipe técnica (assistente social, psicóloga e pedagoga), administrativa, educadores sociais, equipe de apoio (cozinheiras e serviços gerais) e voluntários (AEBAS, 2022).

A instituição tem três núcleos sendo dois na capital e um na Palhoça, a instituição com o total de 15 educadores sociais, sendo que deste total 9 atuam nos dois núcleos que ficam em Florianópolis trabalhando 40h semanais.

A associação atua com o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Integral da Criança e Adolescente - PADICA, que tem como propósito oferecer Educação Complementar e SCFV para mais de 300 crianças e adolescentes, de 6 a 18 anos, por meio dos CAS da entidade, sendo desenvolvidos a partir dos projetos e atividades que são baseados nas legislações, orientações técnicas e procedimentos das Políticas de Educação e Assistência Social desenvolvendo os seguintes projetos:

**Projeto Ampliando Horizontes:** objetiva ampliar os horizontes de crianças e adolescentes, por meio de oficinas lúdicas, culturais, esportivas, apoio pedagógico e atividades voltadas à reflexão e promoção dos seguintes eixos: direitos humanos e diversidade, cultura de paz, empreendedorismo e sustentabilidade, a fim de que se desenvolvam integralmente, estimulando o despertar crítico-reflexivo.

**Projeto de Acompanhamento Sociofamiliar e Comunitário:** objetiva promover o fortalecimento de vínculos e o acesso à informação e orientação sobre os direitos e serviços socioassistenciais, por meio de acompanhamento social, psicológico e pedagógico as famílias e comunidades, a fim de que conheçam e acessem seus direitos no exercício da cidadania, visando à participação das famílias e da comunidade nas atividades propostas pela instituição.

Os grupos dos CAS são organizados por faixa etária diferenciada, Grupo 1, de 6 a 8 anos; Grupo 2, de 9 a 11 anos; e Grupo 3, de 12 a 18 anos, a fim de que se garanta a atenção às especificidades para cada faixa etária.

O projeto AEBAS na Caieira do Saco dos Limões iniciou em 2005, em parceria com a Igreja Evangélica de Confissão Luterana do Brasil, em Florianópolis-SC. O trabalho socioeducativo e socioassistencial acontece nas instalações da igreja Fonte de Vida que cede seu espaço para o atendimento diário de 54 crianças e 18 adolescentes em contra turno escolar.

A Caieira do Saco dos Limões está localizada no município de Florianópolis na encosta do Morro da Cruz. A comunidade apresenta em diversas áreas precariedade nas condições de serviço de posto de saúde, escola, assistência social. As famílias que necessitam destes serviços, normalmente, descem o morro e são atendidas na parte baixa do Saco dos Limões.

A AEBAS realizou um levantamento juntos as famílias atendidas pela associação, com o intuito de pontuar as maiores demandas das famílias e comunidade. O relatório foi encaminhado para as 48 famílias atendidas pelo serviço de convivência e fortalecimento de vínculos na AEBAS, obteve-se o retorno de 42 famílias que participaram desta pesquisa.

Segundo Pontes (1995) “a categoria da totalidade é essencial para o trabalho desenvolvido junto aos moradores. É ver cada morador a partir da realidade da comunidade, considerando seus anseios, determinações, ideais” Pontes (1995, p.70). Esta comunidade deve ser analisada dentro de um contexto maior.

Trazendo dados sobre habitação na Caieira do Saco dos Limões, o acesso à água, energia elétrica e tratamento de esgoto, observa-se que 71,4% dessas famílias residem em casa própria, e as demais estão divididas entre casas alugadas e cedidas, se referindo ao espaço interno das casas estas possuem entre 4 a 5 cômodos, equivalente a 68,3%. Destas moradias 16,7% estão em situação de risco, deixando os moradores inseguros com relação à estrutura da sua residência.

Com esse levantamento percebeu-se que a comunidade enfrenta desafios relacionados à habitação, acesso a serviços públicos e segurança, sendo a falta de ampliação dos horários do transporte coletivo que atende a comunidade dificultando a locomoção dos moradores, principalmente no final de semana, quando os horários são mais escassos. "Isso acaba por cercear, o acesso à cidade, pelos moradores de áreas mais afastadas e periféricas, [...]sobretudo no que diz respeito a equipamentos culturais e de lazer." (Souza; Sugai, 2018, p. 84). Constata-se assim, que a garantia de melhorias na mobilidade pública ampliaria o acesso a diversos meios de lazer e serviços públicos.

Segundo Martins (2009) o alto da caeira foi a primeira comunidade no maciço do morro da cruz a passar pelas obras do Programa e Aceleração de Crescimento (PAC), lançado em 22 de janeiro de 2007 pelo governo de Luiz Inácio Lula da Silva.

Destaca-se ainda uma constante falta de energia, água e tratamento de esgoto. Os dados levantados informaram que (24) 57,1% das residências são abastecidas com água encanada por meio da rede geral com relógio, e (17) 40,5% possui acesso através da ligação informal de água. O esgotamento sanitário produzido nas residências ocorre através da ligação com a rede pública, totalizando (35) 85,4% das moradias (Diagnóstico AEBAS, 2022), este levantamento aponta que a comunidade ainda se encontra frente a necessidades básicas não efetivadas por completo na comunidade.

Todo Maciço e, na verdade, toda cidade tem problemas de abastecimento de água, luz e saneamento básico, mas, no Alto da Caeira, água e luz são quase em sua totalidade abastecidos ilegalmente, quando não fica dias sem água, além de ser a área com mais alto risco de deslizamento (Martins, 2009, p.43)

Por mais que a comunidade tenha passado pelo projeto do PAC, ainda enfrenta essas mesmas questões que já enfrentava anteriormente, falo enquanto pesquisadora moradora desta comunidade que vivencio cotidianamente essa

realidade. Cabe destacar que ela não é a única comunidade no Maciço do Morro da Cruz que passa pela falta de energia, água, e de ampliação dos horários de transporte coletivo local.

### 3.2 O SERVIÇO SOCIAL NO CONTEXTO INSTITUCIONAL

Historicamente, o Serviço Social tem mantido uma relação estreita com diversas entidades sociais, destacando-se a presença constante do setor filantrópico enquanto um dos espaços sócio-ocupacionais, especialmente no campo da Assistência Social. Esse processo deu-se desde as origens históricas do Serviço Social.

Burguesia, Igreja e Estado uniram-se em um compacto e reacionário bloco político, tentando coibir as manifestações dos trabalhadores eurocentrais, impedir suas práticas de classe e abafar sua expressão política e social. Na Inglaterra, o resultado material e concreto dessa união foi o surgimento da Sociedade de Organização da Caridade em Londres; em 1869, congregando os reformistas sociais que passavam agora a assumir formalmente, diante da sociedade burguesa constituída, a responsabilidade pela racionalização e normatização da prática da assistência. Surgiam, assim, no cenário histórico os primeiros assistentes sociais, como agentes executores da prática da assistência social, atividade que se profissionalizou sob a denominação "Serviço Social", acentuando seu caráter de prática de prestação de serviços. (MARTINELLI, 1989, p. 66).

O aprimoramento da profissão que acompanhou diversos movimentos da sociedade no século XX possibilitou que Serviço Social passasse a ser compreendido como uma profissão inserida na divisão sociotécnica do trabalho. Os/as Assistentes Sociais têm como objeto de trabalho, as expressões da Questão Social, que, conforme Lamamoto (2003, p. 17), diz respeito ao conjunto das expressões das desigualdades sociais engendradas na sociedade capitalista madura, impensáveis sem a intermediação do Estado.

Compreende-se atualmente que a atuação do profissional Assistente Social deve estar pautada nos aportes legais que permeiam a profissão como o Código de Ética do Assistente Social (1993), a Lei de Regulamentação da Profissão (Lei Federal 8.662/1993) e a LOAS (8.742/1993).

De acordo com as competências profissionais que regulam a profissão lei 8.662/1993 compete entre outras questões:

- II - elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos que sejam do âmbito de atuação do Serviço Social com participação da sociedade civil;
- III - encaminhar providências, e prestar orientação social a indivíduos, grupos e à população;
- VI - coordenar e supervisionar ações sociais; (Brasil, 1993)

A assistente social trabalha de segunda a sexta, em uma jornada de trabalho de 40h semanais, o contato com as famílias acontece em sua maior parte por meio de plataformas digitais de comunicação, tem em sua sala com armário destinado para guardar os arquivos e documentos das famílias que são atendidas na associação.

Para realização dos atendimentos, o profissional utiliza diversos instrumentos técnico-operativos, tais como: fichas de cadastro, observação, entrevistas, encaminhamentos, registros, acompanhamento social, visitas domiciliares, relatórios, estudos e pesquisas. Para a compreensão da complexidade social os profissionais utilizam-se dos conhecimentos específicos da profissão e de outros oriundos de áreas afins que possibilitam uma compreensão mais ampla da sociedade para além das demandas aparentes que chegam ao cotidiano profissional.

Nesse sentido, destaca-se a importância do assistente social na AEBAS desenvolver seu trabalho de forma multidisciplinar, com profissionais da pedagogia e psicologia, através de reuniões e encontros para diálogos, reflexões, mediações, estudos de caso e trocas de informações. O serviço social não está isolado somente em sua área de conhecimento, necessita de outros olhares e troca de saberes profissionais para uma melhor intervenção. A assistente social na AEBAS não tem uma rotina fixa, cada dia é diferente, devido às diversas demandas. Realiza o seu trabalho por meio do acompanhamento de crianças e adolescentes de 6 a 18 anos, dos familiares e da comunidade.

Após a família realizar o cadastro no CRAS, a/o assistente social faz o encaminhamento para o Centro de Assistência Social (CAS), onde é necessário fazer uma ficha de cadastro das crianças que irão ser atendidas no SCFV, sendo que as crianças e adolescentes devem estar regularmente matriculados em uma unidade de ensino. A ficha cadastral deve ser preenchida pelo responsável legal, além disso, priorizam-se os encaminhamentos dados pela rede pública, como o Conselho Tutelar, Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), entre outros. Para continuar inserida nas atividades, a criança deve ter frequência regular, tendo como procedimento o acompanhamento da ausência do usuário. Observa-se que são

diversos os motivos que podem levar a ausência, como: não conseguir se relacionar bem com os demais colegas, dificuldades no acompanhamento pedagógico, frustrações em não acompanhar o grupo onde está inserido, entre outros motivos que pode levar o desinteresse da criança pelo projeto.

Nesse processo, ressalta-se a importância do acompanhamento das famílias com o projeto e cientes dos motivos da ausência, o educador social e o assistente social fazem uso de estratégias para rever o planejamento das atividades a fim de evitar a evasão da criança e adolescente, sendo assim é desenvolvida a avaliação de processo no final do semestre que busca identificar de que forma as crianças e adolescentes avaliam as proposta e dinâmicas abordadas.

Quando há alguma demanda referente às crianças, os/as profissionais conversam com as famílias, na ausência sem justificativa ou atestado médico é realizado contato com o responsável para identificar os motivos da ausência, e então, buscar a reinserção da criança ao projeto ou justificar o desligamento da mesma.

### 3.3 A EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO OBRIGATÓRIO EM SERVIÇO SOCIAL NA INSTITUIÇÃO

O Estágio obrigatório em Serviço Social foi realizado durante os semestres 2022.2, 2023.1 e 2023.2 na AEBAS/CAS Caieira do Saco dos Limões, com o propósito de alcançar dois objetivos fundamentais. Primeiramente, buscava-se proporcionar aos estagiários uma compreensão aprofundada da dinâmica institucional, das políticas sociais e do exercício profissional no contexto específico do espaço ocupacional em questão, permitindo uma imersão prática nas condições de trabalho do Serviço Social. O intuito inicial é o de identificar as atribuições profissionais e o instrumental técnico característico do Serviço Social neste ambiente específico, fornecendo aos estagiários uma visão abrangente das responsabilidades e competências exigidas nesse contexto de atuação.

Problematizar o exercício profissional a partir das dimensões ético-política, técnico-operativa e teórico-metodológica e desenvolver postura propositiva.

O estágio supervisionado no curso de Serviço Social apresenta como uma de suas premissas oportunizar ao(a) estudante o estabelecimento de relações mediadas entre os conhecimentos teórico-metodológicos e o trabalho profissional, a capacitação técnico-operativa e o desenvolvimento de competências necessárias ao exercício da profissão, bem como o



reconhecimento do compromisso da ação profissional com as classes trabalhadoras, neste contexto político-econômico-cultural sob hegemonia do capital (ABEPSS, 2009, p. 14).

Nesse sentido, o estágio na formação profissional tem entre outros objetivos: elaborar propostas interventivas mediante a construção de Plano de Estágio e de Projeto de Intervenção de Estágio comprometidas com as proposições ético-políticas do projeto profissional. Desenvolver e avaliar as propostas interventivas presentes no Plano de Estágio e no projeto de Intervenção de Estágio.

O objetivo deste estágio aqui apresentado foi o de compreender a intervenção do assistente social na AEBAS - CAS Caieira do Saco dos Limões com crianças e adolescentes. Isso inclui conhecer de que forma é oferecido o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, destinado a crianças, adolescentes e famílias cadastradas no projeto. Para isso, foi essencial promover um diálogo entre embasamentos teóricos e práticos, buscando integrar o conhecimento adquirido na formação acadêmica com a realidade do campo de atuação.

Além disso, é parte do estágio acompanhar as ações desenvolvidas pela assistente social, visando contribuir para o aprimoramento de sua prática profissional. Esse acompanhamento permitiu uma compreensão mais profunda das demandas, desafios e estratégias de intervenção utilizadas no trabalho com crianças, adolescentes e suas famílias, contribuindo assim para o desenvolvimento de uma prática mais eficaz e ética.

A estagiária observou durante seu processo de estágio obrigatório I, II, III que a associação, enfrenta desafios como a falta ou pouca de participação das famílias em suas ações, a necessidade de ampliar o diálogo com a comunidade e as limitações estruturais, como a falta de acessibilidade para que possa atender um público maior.

O projeto de intervenção tinha como objetivo realizar uma oficina de bonecas abayomi, realizando atividades com todas as crianças e adolescentes que estão inseridas no projeto. Entramos em contato com as famílias por mensagem via whatsapp no grupo do projeto, como foi pensado para a finalização do Pi criar um livreto com fotos e relatos das famílias aí fazer as bonecas junto às crianças. Ao todo, tivemos um retorno de 13 relatos e duas fotos, sendo essas que foram para a versão final do projeto de intervenção *Construindo Laços* que tinha o intuito de promover uma aproximação maior entre as crianças, os adolescentes e suas famílias.

Abayomi se refere a bonecas negras feitas de retalhos de tecido, representando uma expressão cultural negra. A oficina não foi com intuito de promover o artesanato, mas sim de trazer a percepção de cultura negra, que raramente é realizado e debatido no projeto, observei que muitas das crianças são negras, com uma integração prática e ampla de conscientização, educação e reconhecimento.

Foi um desafio fomentar a participação das famílias, pois não obtive o retorno esperado, a supervisora falou que as famílias não aderem às ações que são realizadas no projeto. Em observação durante meu estágio obrigatório I, II e III foi notória a não participação em reuniões que eram pensadas para as famílias, durante o decorrer do estágio obrigatório. A partir das diversas experiências, a estagiária buscou trazer para o campo, a compreensão sobre o papel da/o Assistente Social no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, na promoção do bem-estar social e na garantia dos direitos dos indivíduos.

O trabalho com as famílias foi realizado de uma forma aberta, para que todos participassem dos encontros, trazendo temas importantes, para que todos pudessem falar sobre suas vivências, e ser acolhidos de uma forma saudável, com intuito de fortalecer os vínculos entre as famílias e o projeto.

Observou-se que houve pouca adesão das famílias aos encontros que aconteciam a cada sessenta dias no AEBAS, quanto estagiária levei uma proposta junto a minha supervisora de convidar profissional de outras áreas, para poder participar levar um outro olhar, e que, também pudesse trazer novas expectativas, para uma melhor aproximação entre o projeto e às famílias.

A partir das experiências do estágio foi possível observar que a profissão neste espaço se encontra imersa em práticas cotidianas, de cooperação e imediatas, dificultando a percepção e uma análise crítica das relações sociais ali postas. lamamoto pontua que é necessário que os profissionais encontrem resultados concretos e profissionais para a suas práticas, com posturas críticas e exercendo a práxis profissional com compromisso, responsabilidade e qualidade, guiando-se pelo nosso Código de Ética da profissão (IAMAMOTO, 2009).

As crianças e adolescentes são encaminhados pelo CRAS, o trabalho em rede funciona e observo que é essencial, entendendo a importância do trabalho em conjunto com outras instituições para oferecer um suporte mais abrangente na instituição, contribuindo para ampliar as possibilidades da profissional no atendimento aos direitos. As crianças que frequentam a instituição no período da manhã recebem

o café da manhã e almoço, as do período vespertino tem almoço e lanche da tarde, atendimento acontece das 08:00 às 17:00 diariamente em contra turno escolar.

Observou-se também que a instituição apresenta alguns limites de acessibilidade para pessoas com deficiência. Sua estrutura conta com um refeitório, dois banheiros, uma cozinha, uma sala de informática, sala da coordenação que é dividida com a psicóloga que vai uma vez na semana para a instituição. Para ter acesso a outra sala, é necessário sair e dar a volta, tem uma quadra para a prática de aula de educação física, mas não é coberto e quando chove fica alagada e não tem como usar, então a educadora realiza a oficina dentro do refeitório, pois muitas vezes é utilizada como sala para realizar as atividades.

Percebe-se que a falta de estrutura e espaços adequados para realização das atividades na associação é algo unânime nos dois núcleos de Florianópolis, que acabam impossibilitando o acesso de outras pessoas à associação. Onde as assistentes sociais encontraram dificuldades para ampliar o número de vagas para novos usuários e suas demandas.

#### 3.4 AS CONTRADIÇÕES, OS LIMITES E POSSIBILIDADES DO TRABALHO DA ASSISTENTE SOCIAL NA AEBAS

Seguiremos falando sobre como o trabalho da assistente social dentro da AEBAS passa por diversos desafios profissionais, frente à atuação, complexidade das demandas, da falta de recursos financeiros, estruturais e baixos salários. No inquietante momento de cumprimento do estágio obrigatório foram experienciadas diversas realidades sobre a atuação profissional em Serviço Social. A partir dele, percebeu-se a importância de conhecer mais sobre o trabalho dos Assistentes sociais neste espaço, sobre as contradições, limites e possibilidades do trabalho da assistente social na AEBAS em Florianópolis SC.

Nesse sentido, busco apresentar estas questões, por meio de uma entrevista semi-estruturada realizada no semestre 2024.1, sendo composta por 12 questões, onde foram entrevistadas duas assistentes sociais, uma que trabalha e outra que já atuou na AEBAS, trazendo os limites, contradições e possibilidade da atuação profissional neste espaço.

Apresenta-se primeiramente um breve histórico da Associação e da inserção do Serviço Social neste espaço. A mesma foi fundada em 1955, atuando inicialmente

na área de atenção à saúde com um ambulatório na rua Felipe Schmidt 1958 e no Estreito. Após passar por diversas mudanças de público alvo e reformulações conforme demandas do contexto social ali exposto, a Associação passou atender crianças e adolescente na década de 80 com uma Assistente Social que desenvolvia diversas funções:

A.S.1 Surgiu na década de 1980 e inicialmente a Assistente Social executava a função de Secretária Executiva da AEBAS, gerenciando da sede administrativa a coordenação dos quatro núcleos sociais da AEBAS – Caeira Saco dos Limões, Vila Santa Vitória, Prainha e Frej Damião. A técnica não executava ações diretamente com as famílias e usuários do serviço, ficando responsável por administrar e apoiar as coordenadoras de cada Centro de Assistência Social (CAS). A função de coordenação ao longo dos anos passou por diversos organogramas e diferentes cargos profissionais assumiram esta função, dentre elas as Assistentes Sociais.

A.S 2. A AEBAS iniciou seus trabalhos nos anos 60, mas foi a partir dos anos 80 que, conferiu à entidade a oportunidade de, além de expandir suas ações na área da saúde, tornar-se hoje, num referencial de trabalho qualificado de atenção integral à infância e adolescência através das Ações do CAS - Centro de Assistência Social da AEBAS.

Segundo Vilela (2003), a instituição firmou parcerias com outras entidades do terceiro setor, que já estavam trabalhando com crianças e adolescentes.

Em 1981 foi instalado convênio com a LBA e AMENCAR. Em julho do mesmo ano foi iniciado em local provisório o atendimento as crianças e em 24 de outubro, com a conclusão da obra, as crianças foram transferidas para a creche, consolidando a criação do Centro de Assistência Social (CAS) da AEBAS. (Vilela, 2003, p.14-15).

Com o atendimento referenciado junto à assistência social a AEBAS se torna um local de trabalho para os profissionais em serviço social, sendo o terceiro setor como um local de atuação. No entanto, a diminuição do número de assistentes sociais e a redução do suporte a estagiários podem comprometer a qualidade e a abrangência dos serviços oferecidos à comunidade. A capacidade de resposta às necessidades sociais pode ser afetada, reduzindo a eficácia das intervenções e a percepção de utilidade da instituição perante a comunidade. Sendo que esta falta de profissionais especializados na área acaba afetando a qualidade do serviço prestado. No decorrer da entrevista observa-se que já se passaram quatro décadas de serviço social na associação.

A.S 1.Há quatro décadas a AEBAS é um espaço ocupacional para as Assistentes Sociais. Neste período as profissionais assumiram diferentes

funções como coordenação geral da Associação, coordenação em cada Centro de Assistência Social e Assistente Social da AEBAS e Assistente Social do CAS. Houve períodos de valorização da profissão em que a instituição tinha em seu quadro de colaboradores cinco Assistentes Sociais trabalhando e cada técnica era supervisor de pelo menos um estagiário da área, tornando-se assim um espaço de trabalho para os profissionais que não encontravam campo de trabalho na área governamental. Atualmente a instituição conta com duas Assistentes Sociais, uma atuando na área de gestão de projetos, trabalhando na sede administrativa da AEBAS e eu como coordenação do CAS Caeira Saco dos Limões.

A.S. 2. Não sei informar ao certo há quanto tempo existe a atuação do Assistente Social na instituição. Eu fiz meu estágio na AEBAS, e lá recebi a proposta para assumir o CAS Vila Santa Vitória. Trabalhei lá por 8 anos.

Observa-se que o Terceiro Setor representa a possibilidade de ampliação do mercado de trabalho para os assistentes sociais, apesar de apresentar limites no atendimento aos direitos das pessoas e famílias atendidas. Conforme Ekeys (2018),

[...](Terceiro Setor) pode ser visto como possibilidades de ampliação de mercado de trabalho para os assistentes sociais, fato não tão tranqüilo no interior da categoria, exatamente por que esse segmento tem crescido graças ao processo de desresponsabilização estatal e transferência de responsabilidade para essas entidades (Ekeys, 2018, p.7).

Com a desresponsabilização do Estado perante as políticas sociais, o terceiro setor atua de diversas maneiras na prestação de serviços sociais, com atendimentos insuficientes em meio às expressões da questão social causada pelo capitalismo e o avanço do neoliberalismo. No entanto, estes espaços vêm sendo locais de trabalho para a categoria. Nesse sentido, é fundamental reafirmar os apontamentos de Neves e Oliveira (2018) quando afirmam que não se perca de vista a articulação das competências profissionais adquiridas teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas, para contribuir na promoção de mudanças sociais significativas.

As profissionais têm graduação em Serviço Social e são formadas pela UFSC. A A.S.1 formou-se em 2006 “me formei em Serviço Social na Universidade Federal de Santa Catarina. Mais tarde fiz capacitação em Gestão de projetos sociais pela Universidade Dom Bosco. Anteriormente à graduação de Serviço Social cursei graduação em Educação Física pela UDESC.” A A.S 2. graduou no semestre de 2003.1.

Em seguida, destacaremos o planejamento institucional e também no âmbito da profissão como um instrumento importante na identificação de demandas e nas possibilidades de contribuir na efetivação da transformação destas e como ele é se configura na AEBAS. Bonin e Krüger (2015) destacam que o planejamento no Serviço Social é uma ferramenta essencial que impõe racionalidade às decisões. As autoras afirmam que "o planejamento representa um conjunto de prioridades e decisões que orientam a construção de um serviço num horizonte de tempo em determinado cenário" (Bonin e Krüger, 2015, p. 64).

As entrevistadas descreveram também sobre o planejamento na Associação:

A.S.1 Neste ano as duas Assistentes Sociais da AEBAS exercem atividades diferentes, uma trabalha na gestão de projetos e eu trabalho com a coordenação do CAS, assim não há planejamento das ações do Serviço Social de forma conjunta. Eu como atuo diretamente com os usuários do serviço organizo minhas ações individualmente utilizando os documentos institucionais arquivados e elaborados pela categoria nos anos anteriores. Além dos documentos institucionais da categoria utilizados para nortear o exercício profissional na Associação, ocorre a cada bimestre reunião institucional entre a coordenação geral da AEBAS e as coordenadoras de cada CAS com o objetivo de deliberar as ações requisitadas pela instituição em cada unidade e também alinhar estratégias para resolução das demandas apresentadas no cotidiano dos CAS envolvendo crianças, adolescentes e seus familiares.

A.S 2.Os planejamentos são realizados mensalmente, de acordo com as demandas apontadas nas reuniões da equipe técnica.

A redução no número de Assistentes Sociais de três para duas, como mencionada anteriormente, traz uma precariedade sobre as ações relativas ao planejamento, fato este que dificulta a continuidade de realização deste instrumento tão importante no oferecimento de serviços de qualidade. Sendo que apenas uma trabalha no núcleo atuando CAS/Caeira, a outra no núcleo que fica no CAS/Vila Santa Vitória tem uma tecno-pedagoga frente à coordenação. Esse processo acarretou em uma redução de profissionais, em uma extensa carga de horas trabalhadas, maior sobrecarga de trabalho e redução de salários.

A falta de planejamento dentro da instituição interfere no contexto de ações do cotidiano de cada núcleo, sem estratégias de planejamento, de modo mais contínuo, pode dificultar uma atuação da profissional que realmente faça frente as demandas das crianças, adolescentes e suas famílias no SCFV, no sentido de continuar a oferecer serviços de qualidade e com melhor direcionamento e eficácia. O planejamento contribuiria também para uma avaliação contínua dos programas e

projetos é essencial para definir as ações frente às necessidades emergentes da comunidade.

Como a A.S.2 pontou que era realizado mensalmente, porém com a saída de duas profissionais da associação, esses planejamentos que eram realizados uma vez por mês foram cancelados, e atualmente acontece apenas de forma bimestral como foi salientado pela A.S 1.

Como o planejamento de ações acontece entre a equipe, os usuários da AEBAS frequentemente apresentam demandas complexas, que podem incluir questões de saúde, educação, habitação, emprego e segurança alimentar. A atuação multiprofissional é crucial para identificar e responder a essas demandas de maneira integrada.

A.S 1. Normalmente as demandas são identificadas no cotidiano da criança e adolescente no serviço. Os educadores percebem a situação problema, que pode ser de origem educacional, comportamental ou cognitiva. A partir destas demandas ocorre o contato da Assistente Social com a família para identificar as demandas e a situação geradora da desproteção de seus membros. O processo de encaminhamento é monitorado e acompanhado pela equipe técnica da unidade onde semanalmente são apresentadas em reunião interna entre a Assistente Social e a psicóloga da AEBAS.

Até o ano passado havia reuniões mensais entre a Assistentes Sociais da AEBAS para estudo de caso das demandas apresentadas pelos usuários do SCFV. O compartilhamento de informações permitia conhecer e sugerir diferentes possibilidades e olhares de uma determinada situação que a técnica havia tentado algumas interferências com a família, sem sucesso.

A.S.2 Nos atendimentos, já identificamos as demandas e pensamos em conjunto com os atendidos, o que buscamos, traçando metas afim de almejar nossos objetivos, garantido o acesso ao serviços, e seus direitos como cidadão.

São dois núcleos com demandas diferentes, consistindo assim em ações diferentes para cada família, e o trabalho multidisciplinar é fundamental na percepção e acompanhamento das demandas postas, e as profissionais focam no trabalho em equipe, especialmente com psicólogos e pedagogos, é reiterada. O processo de identificação de demandas e o subsequente planejamento de intervenções estão diretamente relacionados ao que Bonin e Kruger (2015) descrevem como essencial para o Serviço Social: um planejamento participativo e baseado nas necessidades reais dos usuários.

As famílias atendidas na AEBAS, são moradores da comunidade, que procuram o Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), para ser encaminhada ao SCFV para que seus filhos sejam atendidos durante o período do

contraturno escolar, para que as mesmas possam trabalhar. Como apontado no relatório que “a renda familiar em grande parte é gerada pela mulher que representa 50%, sendo responsável pela renda, "condição de provedoras de seus domicílios" (Macedo, 2008). Observa-se ainda que mais de 66,7% estão em empregos formais trabalhando com carteira assinada”. (Diagnóstico AEBAS, 2022).

E são elas que chegam em sua grande maioria procurando o serviço como está descrito na resposta da entrevista quando questionada sobre algum acompanhamento dos/as usuários/as.

A.S 1.O primeiro contato com o responsável familiar acontece por encaminhamento do CRAS para cadastro de inserção do usuário no serviço. Neste atendimento são percebidas as demandas da família e quando necessário o responsável familiar, geralmente a mãe, retorna para acompanhamento com equipe multiprofissional da Assistente Social e Psicóloga da instituição com o objetivo de promover diálogo reflexivo para promoção de mudanças na relação entre os membros do grupo familiar e realizar os encaminhamentos para os serviços públicos, quando necessário, para provimento e sustento da família. O referenciamento ao CRAS Sul é funcional e permite um olhar atencioso às famílias acompanhadas pelos serviços.

A.S. 2 Na minha época em que trabalhei na AEBAS, fazíamos acompanhamento com as famílias, encaminhávamos para a rede, CRAS ou CREAS, e mantínhamos o contato para que os atendimentos dessem continuidade.

Este processo de atendimento e acompanhamento das famílias reflete o Art. 2º, inciso VIII, que orienta a promoção da autonomia, emancipação e protagonismo dos sujeitos sociais. Além disso, ao relacionar esta entrevista com as anteriores, podemos observar uma continuidade na abordagem dos desafios e práticas do Serviço Social no contexto do terceiro setor. Ambas as entrevistas anteriores destacam: A importância da interdisciplinaridade e da colaboração entre profissionais.

Os desafios enfrentados pela AEBAS, como o limite financeiro, a falta de equipamentos, a execução de diversas tarefas além do atendimento aos usuários, a dificuldade de acesso às políticas públicas, a falta de representatividade e a baixa remuneração das técnicas, ilustram de forma clara as limitações do terceiro setor e reforçam a importância de políticas públicas robustas para a garantia de direitos sociais.

A dificuldade de acesso às políticas públicas necessárias para o encaminhamento das famílias é um reflexo da desarticulação entre o terceiro setor e o Estado, pois a ideia de Estado mínimo que o neoliberalismo defende, traz essas



consequências que acabam dificultando o acesso dos usuários às políticas sociais. Quando questionadas sobre quais os principais limites encontrados, afirmam que:

A.S. 1. Limite financeiro da instituição para executar algumas mudanças no espaço físico; falta de equipamentos de trabalho; execução de diversas tarefas, além do atendimento aos usuários do serviço; dificuldade de acesso às políticas públicas para encaminhamento das famílias; falta de representatividade nos espaços de deliberação coletiva; baixa remuneração para as técnicas da instituição.

A.S. 2. A limitação começa com a dificuldade de atender num todo. Temos sempre demandas da comunidade e das famílias atendidas, mas por questões financeiras, ou a própria demora no agendamento com a rede intersetorial, acabam dificultando o trabalho do profissional do serviço social.

A dificuldade de acesso às políticas públicas necessárias para o encaminhamento das famílias e a incapacidade do terceiro setor suprir as demandas apresentadas na realidade social expressam alguns dos principais limites observados, pois a ideia de Estado mínimo que o neoliberalismo defende, traz essas consequências que acabam dificultando o acesso dos usuários às políticas sociais.

Pereira (2013) aponta que a política social contemporânea, especialmente sob o regime neoliberal, sofre de uma precarização e desregulamentação que afetam diretamente sua capacidade de atendimento e eficácia. Nesse contexto, também as instituições do terceiro setor enfrentam desafios financeiros e estruturais significativos, como a falta de recursos para executar mudanças no espaço físico e a falta de equipamentos de trabalho. Além disso, há uma sobrecarga de tarefas para os profissionais, que precisam lidar com múltiplas funções além do atendimento direto aos usuários dos serviços.

Como já referenciado aqui a AEBAS atua como um Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos que é uma política de proteção básica que desempenha um papel preventivo, junto às pessoas que vivem em vulnerabilidade social, que não tiveram seus direitos violados. É importante que a equipe multiprofissional esteja alinhada ao atender as demandas das crianças e adolescentes, pois são diversas suas convivências e expressões da questão social vivenciadas na realidade apresentada:

A.S. 1 As demandas são diversas e contemplam questões relacionadas à ausência de proteção da criança e adolescentes em sua garantia de direito. As crianças inseridas no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos têm violado seus direitos fundamentais de acesso à educação de qualidade, saúde física e mental, alimentação nutritiva e convivência em um ambiente familiar que lhe possibilite seu desenvolvimento integral.

Quando mencionamos a convivência destes sujeitos em desenvolvimento nos espaços da família e em sociedade no deparamos com uma outra demanda que é a questão dos relacionamentos interpessoais na qual as crianças e adolescentes reproduzem no espaço público a conduta violenta e desrespeitosa são gerados pelas vivências em uma família disfuncional e uma sociedade omissa que negligenciam os sentimentos infantis.

A negligência familiar é uma demanda no SCFV quando a família se omite na sua responsabilidade de cuidado com a criança e adolescente. Quando os responsáveis agem com descuido e indiferença no cuidado com o desenvolvimento intelectual, físico e material destes sujeitos ela se omite da sua responsabilidade da garantia do direito integral das crianças e adolescentes. Cabe destacar que a negligência se estende também para o espaço público que não oferece recursos para que esta família proteja seus membros.

A defasagem escolar e a dificuldade em executar os comandos solicitados pelos educadores é uma demanda expressiva no SCFV, principalmente com os educandos dos anos finais do ensino fundamental que apresentam índice de reprovação e dificuldade no processo ensino-aprendizagem gerados por problemas sociais comportamentais e emocionais.

A.S. 2. As famílias e moradores da comunidade nos tem como referência no serviço social na comunidade. Então nossas principais demandas são: acessos aos benefícios e serviços, da saúde e da assistência, solicitação de cestas básicas, orientações quanto a previdência, ao sistema prisional, e os mais diversos tipos de orientações.

Por fim, destaca-se a importância de estar em constante formação e atualização profissional como questões essenciais para a atuação, para que possamos dar respostas qualificadas perante demandas dos usuários. Cabe também um olhar atento para a não culpabilização dos usuários das políticas sociais, que se tornam cada vez mais precarizadas e alocadas para outros setores, que não conseguem responder de forma eficiente às questões sociais.

Observa-se a partir da primeira fala a centralidade da questão da negligência e uma concepção de família tradicional e de responsabilização da família nos cuidados para com as crianças e adolescentes, apesar desta apresentar também a responsabilidade do setor público na proteção a estas famílias. A profissional A. S. 2 apresenta que as maiores demandas estão relacionadas aos serviços da assistência social e alimentação. Em correlação que a outra profissional traz é a defasagem escolar de algumas crianças e adolescentes atendidas pela associação, essas relações estão ligadas ao contexto social que se vive atualmente, frente às questões sociais, que implica também na desvalorização do profissional de das políticas públicas.

Perante a complexidade das demandas apresentadas, cabe destacar a importância de políticas intersetoriais e de uma rede de proteção de atendimento às crianças e adolescentes. Pode-se aferir que as mesmas não serão atendidas nos

limites de acesso, de recursos e de serviços prestados apenas no âmbito de uma associação do Terceiro Setor.

Os profissionais em Serviço Social que atuam em espaços sócio-ocupacionais do Terceiro Setor enfrentam diversas contradições em seu cotidiano profissional, que refletem as complexidades e os desafios inerentes ao terceiro setor. Essas contradições se manifestam na precariedade dos recursos, a jornada de trabalho, a expectativa de qualidade de atendimento, na autonomia profissional limitada pela estrutura organizacional, na tensão entre assistência imediata e a busca por transformação social, na sobrecarga de funções e na necessidade de políticas públicas eficazes diante da dificuldade de acesso. As profissionais pontuam estas contradições no decorrer da atuação quando questionadas sobre quais as contradições que você identifica na sua atuação como Assistente Social em uma ONG?

A.S.1 Trabalhar com a efetivação do Serviço de Proteção dos direitos das crianças e adolescentes porque muitas vezes não conseguimos promover o caráter preventivo em ações de defesa dos direitos da criança e adolescente; jornada de trabalho de 40 horas semanais; atuar em diferentes funções na mesma instituição. A limitação institucional e falta de investimento do governo municipal na Assistência Social também são elementos limitantes para o exercício profissional. A falta de estrutura do espaço físico da instituição é um fator limitante para inclusão de pessoas com deficiência, impedindo desta forma a inclusão de todas as crianças e adolescentes no serviço.

A.S.2 A autonomia do profissional do Serviço Social, que por vezes, sabendo dos devidos encaminhamentos, precisa de autorização da direção para dar continuidade aos atendimentos, antes de encaminhar para rede.

As profissionais apontam a falta de autonomia para realizar encaminhamentos, pois é necessária a autorização da direção, apresentando assim uma autonomia relativa.

Entendemos que as atividades dos assistentes sociais em setores de terceiro setor, cuja natureza é filantrópica, sem estratégias sólidas de cunho crítico-reflexivo, podem reproduzir ações de limitado alcance devido ao perfil tradicional e conservador que muitas das instituições filantrópicas assumem ao lidar com os problemas sociais (Cotrim,2020, p.38)

Ambas enfatizam a importância de trabalhar de acordo com valores profissionais na busca pela qualidade nos serviços oferecidos aos usuários. Esse compromisso ético é central ao Projeto Ético-Político do Serviço Social, que preconiza a defesa intransigente dos direitos humanos e o compromisso com a qualidade dos serviços prestados. A partir da prática profissional em conformidade com o código de

ética profissional ao qual tem em seu norte a defesa intransigente da classe trabalhadora, que são em sua maior parte usuários das políticas públicas.

### 3.5 A IMPORTÂNCIA DA ARTICULAÇÃO DO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO NA PRÁTICA PROFISSIONAL DA/O ASSISTENTE SOCIAL NO TERCEIRO SETOR

A articulação do projeto ético-político na prática profissional é de suma importância para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa. Este projeto, essencialmente, oferece um guia de conduta que deve orientar as ações dos profissionais em suas diversas áreas de atuação, promovendo a defesa dos direitos humanos, a justiça social, e a ética no trabalho.

No contexto atual, o sistema é pensado e projetado para a concentração do capital, com estratégias baseadas em ideias neoliberais e na redução dos direitos sociais, e durante a atuação o profissional encontra diversos empecilhos que são gerados para que a população tenha acesso restrito às políticas sociais.

A.S. 1 Como técnica busco trabalhar de acordo com valores morais e com qualidade nos serviços oferecidos aos usuários da AEBAS, público este que direciona meu exercício profissional. Porém não é fácil efetivar a garantia de direito das crianças e adolescentes porque encontramos empecilhos no acesso às políticas públicas que nos impede de concretizar o acesso à efetivação da autonomia e protagonismo social das crianças e adolescentes para que possam ser agentes de transformação na sociedade conforme estabelecido para os SCFV.

A.S. 2 O tempo que fiquei na instituição consegui concretizar o meu trabalho de forma gratificante dentro do Projeto Ético- Político, buscando promover o bem-estar social, atuando em diversos projetos e iniciativas para ajudar as famílias e a comunidade. A dimensão política do Serviço Social envolve a compreensão e o enfrentamento das questões sociais, econômicas e políticas que afetam a vida das pessoas. Isso significa que os assistentes sociais não apenas prestam assistência direta, mas também trabalham para criar mudanças mais amplas na sociedade, buscando justiça social e igualdade de oportunidades para todos.

Constata-se que entre os empecilhos para a efetivação dos princípios éticos está a retirada da responsabilidade do Estado na gerência de políticas sociais e sua transferência para o terceiro setor. O avanço das políticas neoliberais e a precarização dos serviços prestados à população. O uso dessas instituições não garante o acesso para todos, sendo um instrumento usado pelo neoliberalismo, a fim de instaurar o Estado mínimo e sucatear as políticas públicas.

“Art. 5º - O/A assistente social deve promover a justiça social e combater todas as formas de desigualdade, contribuindo para a inclusão social” (Código de Ética do Assistente Social, 1993.)

No entanto, diante de tantos ataques e desmontes das políticas públicas, o profissional tem que planejar suas ações em prol dos usuários, organizar movimentos para gerar diferença naquela comunidade onde atua, utilizando do projeto ético político para debater e analisar as reais necessidades da população.

"Art. 3º - O/A assistente social tem como princípio fundamental a defesa intransigente dos direitos humanos e a recusa ao arbítrio e ao autoritarismo" (Brasil, 1993). A prática profissional, especialmente em áreas como o Serviço Social, deve estar alinhada a princípios éticos que valorizam a dignidade humana e a promoção do bem-estar social. O projeto ético-político é uma ferramenta crucial para garantir que as intervenções profissionais não apenas amenizem as injustiças sociais, mas também abordem suas causas estruturais. Isso implica um compromisso com a transformação social e a luta por políticas e projetos que atendam às necessidades reais da população.

O/A assistente social deve basear sua atuação na liberdade, autonomia, compromisso com a classe trabalhadora e sociedade como um todo.

Ademais, na medida em que os assistentes sociais conhecem a realidade dos usuários, fora e dentro da instituição de terceiro setor, ele pode criar e implantar projetos sociais para mediar grandes contradições sociais, o que está vinculado ao projeto ético-político, ao seu compromisso com os direitos humanos, o que faz a sua responsabilidade estar em consonância ao Código de Ética (Cotrim,2020, p.38).

A articulação do projeto ético-político na prática profissional traz em seu horizonte um entendimento profundo das estruturas de poder e das dinâmicas sociais que perpetuam a desigualdade. Isso significa que os profissionais devem ser não apenas técnicos competentes, mas também críticos sociais comprometidos com a mudança. A ética profissional, nesse sentido, vai além da mera conformidade com normas e regulamentos; ela envolve um compromisso ativo com a transformação social e a defesa dos direitos humanos. Segundo Netto, "o compromisso ético-político do Serviço Social é um compromisso com a mudança social, com a defesa dos direitos humanos e com a construção de uma sociedade mais justa e igualitária" (NETTO, 2011).

A articulação do projeto ético-político na prática profissional é essencial para a promoção de uma sociedade mais justa e equitativa. Ela envolve um compromisso profundo com os princípios éticos, com a justiça social e com a defesa dos direitos humanos. Esse compromisso deve ser refletido na formação contínua, na prática reflexiva e crítica, e na construção de redes de colaboração entre a classe trabalhadora. Somente assim os profissionais poderão enfrentar os desafios colocados pelo contexto neoliberal e garantir que suas intervenções promovam mudanças significativas nas vidas das populações mais vulneráveis.

O Projeto Ético-Político dos Assistentes Sociais também envolve a luta contra a precarização das condições de trabalho, um desafio comum no terceiro setor. A articulação desse projeto exige que os profissionais lutem por melhores condições de trabalho, salários justos e reconhecimento profissional. “Art. 4º - O/A assistente social deve combater a precarização das condições de trabalho e lutar por melhores condições para o exercício profissional” (Código de Ética do Assistente Social, 1993, art. 4º).

Estas articulações com o Projeto Ético-Político são essenciais para a prática profissional do(a) assistente social no terceiro setor, pois orienta suas ações em direção à promoção da justiça social, defesa dos direitos humanos, e melhoria das condições de vida das populações atendidas. Seguir os princípios estabelecidos pelo Código de Ética é fundamental para garantir que as intervenções sejam eficazes, éticas e alinhadas com os valores éticos da profissão.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na atual conjuntura, observa-se que muitos são os desafios da atuação profissional no âmbito do chamado Terceiro Setor, frente a atual perspectiva neoliberal de redução da atuação do Estado, especialmente no campo das políticas sociais. Essa forma de governança política, social e econômica afeta a garantia dos direitos públicos para a sociedade, intensificando a divisão das classes sociais com base em interesses de lucratividade. As expressões da questão social emergem como resultado direto do desenvolvimento capitalista, refletindo as profundas desigualdades geradas por esse sistema.

No contexto neoliberal, um dos argumentos em que se busca justificar as crises causadas pelo sistema capitalista é de que estas são causadas por conta das políticas sociais, e que as expressões da questão social se intensificaram por conta destas políticas existentes, que foram conquistadas pela classe trabalhadora.

Neste cenário predomina a minimização e flexibilização das políticas sociais em favor dos interesses econômicos. A Constituição de 1988 do Brasil, embora estabeleça princípios fundamentais para garantir bem-estar e justiça social, é frequentemente modificada no contexto do neoliberalismo que visa a privatização e mercantilização das políticas sociais. O que deveria ser público e universal passa a ser restrito e focalizado, seguindo as ideias neoliberais de Estado mínimo, fortalecendo-se assim o terceiro setor que ganha espaços dentro da sociedade ofertando serviços sociais por financiamentos públicos.

O terceiro setor enquanto um campo de trabalho para os profissionais em Serviço Social apresenta-se como um campo de diversos conflitos para a atuação do Assistente social, pois o serviço social é muitas vezes invisibilizado dentro destas instituições de cunho filantrópico. Nesse campo de atuação o profissional se depara com limites institucionais, precarização do trabalho e com a falta de estruturas atendem a toda população.

Como a AEBAS atua na política de proteção básica, prestando serviços de convivência e fortalecimento de vínculo, o núcleo da Caeira do Saco dos Limões tem uma estrutura física pequena e se torna insuficiente para atender a demanda da comunidade, e o CAS tem uma fila de espera de vaga para os usuários serem atendidos no contraturno na instituição.

Este levantamento foi realizado por meios de documentos institucionais, anotações no caderno de campo durante o estágio supervisionado e entrevistas feita com as assistentes sociais dentro da associação. Nota-se que a assistente social efetua seu trabalho sempre atenta as crianças e adolescentes observando como estas chegaram e como saiam do projeto, reconhecendo as individualidades de cada um e suas contribuições coletivas no SFCV, mantendo a relação de direitos sociais e proteção social dos usuários, e desenvolvendo conscientização de direitos e deveres.

Os desafios enfrentados pela AEBAS, como o limite financeiro, a falta de equipamentos, a execução de diversas tarefas além do atendimento aos usuários, a dificuldade de acesso às políticas públicas, a falta de outros profissionais da área, e a baixa remuneração das técnicas, ilustram limitações que há dentro de algumas instituições do terceiro setor, e reforçando assim a importância de políticas públicas serem geridas pelo Estado para uma ampliação os direitos sociais.

Pode-se aferir a importância de uma atuação do profissional de Serviço Social na AEBAS ser composta por um planejamento cuidadoso e uma abordagem multiprofissional. Isso envolve a colaboração entre diferentes profissionais para responder de maneira qualitativa às necessidades dos usuários. A prática no Terceiro Setor, especialmente em um contexto neoliberal, exige uma resistência ativa e uma adaptação contínua às mudanças nas políticas públicas. Além disso, a ética e a competência profissional são fundamentais para garantir que todas as intervenções sejam no sentido de ampliar e concretizar direitos e promover a construção de uma realidade mais justa e o bem-estar da comunidade atendida.

Concluo que diante de tantos ataques e desmontes das políticas públicas, torna-se fundamental que o profissional planeje suas ações em prol dos usuários, contribua na organização de movimentos sociais de bairros, para gerar diferença naquela comunidade onde atua, utilizando do projeto ético político para debater e analisar as reais necessidades da população.



## REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **Resistir às políticas neoliberais é crucial para proteger os direitos conquistados e promover a justiça social**. Rio de Janeiro: Editora ABC, 2011.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL – ABEPSS. **Política Nacional de Estágio da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social**. 2009.

ASSOCIAÇÃO EVANGÉLICA BENEFICENTE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (AEBAS). **Quem Somos**. Disponível em: [http://www.portaltransparencia.org.br/default/ong/index/ong\\_id/50#/ong/quem-somos/](http://www.portaltransparencia.org.br/default/ong/index/ong_id/50#/ong/quem-somos/). Acesso em: 10 dez. 2023.

ASSOCIAÇÃO EVANGÉLICA BENEFICENTE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (AEBAS). **Informações institucionais**. Disponível em: <https://www.aebas.org/relatorios>. 2022. Acesso em: 06 dez. 2023.

BONIN, Silvana; KRÜGER, Tânia Regina. Planejamento e Serviço Social. **Sociedade em Debate**, v. 21, n. 2, p. 63-83, 2015.

BRASIL. Código de ética do/a assistente social. **Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão**. - 10ª. ed. rev. e atual. - [Brasília]: Conselho Federal de Serviço Social, [2012]. 60 páginas “Atualizado em 13.3.1993, com alterações introduzidas pelas Resoluções CFESS n.290/94, 293/94, 333/96 e 594/11. 1.ASSUNTO I. Título.

BRASIL. **Norma Operacional Básica – NOB/SUAS**. Brasília, 2005.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional de Assistência Social (PNAS)**. Brasília, 2004.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A. **Metodologia científica**. 4. ed. São Paulo: Makron Books, 1999.

COTRIM, Thaís Isabel Santos et al. **O Serviço social no terceiro setor: uma reflexão acerca do trabalho do assistente social sob a luz do projeto ético político**. 2020.

COUTO, Berenice Rojas. **O direito Social e a Assistência social na Sociedade Brasileira: uma equação possível?** São Paulo: Cortez, 2004. p. 139-182.

CUNHA JÚNIOR, Dirley da. **Curso de Direito Constitucional**. 7. Ed. Salvador: Jus Podivm, 2013, p. 592-594.

DURIGUETTO; Maria Lucia; MONTAÑO, Carlos. Estado, Classe e Movimento Social. 2ª ed., São Paulo: Cortez, 2011, **Biblioteca Básica de Serviço Social**, vol. 5.

EKEYS, A. A Prática do da Assistente Social no Terceiro Setor como Luta e Resistência. **Anais do 16º Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**. 2018.

FEITOSA, D. B.; ARAÚJO, M. L. C. D. A relevância do direito à seguridade social na manutenção do regime democrático. **Revista de Investigações Constitucionais**, v. 8, n. 3, p. 837–856, set. 2021.

HARVEY, David. **O neoliberalismo: história e implicações**. 4. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2013.

IAMAMOTO, Marilda Villela. Serviço Social em Tempo de Capital Fetiche: **Capital Financeiro, Trabalho e Questão Social**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2007

IAMAMOTO, Marilda. **A prática profissional no Serviço Social deve estar imbuída de uma perspectiva crítica que se compromete com a emancipação social e a justiça**. São Paulo: Cortez, 2008.

MACHADO, G. S. O Serviço Social nas ONGs no campo da saúde: projetos societários em disputa. **Serviço Social & Sociedade**, n. 102, p. 269–288, abr. 2010.

MARTINS, MARINA CORREA. **Relações com o Espaço: um estudo de caso sobre implantação das obras do PAC na comunidade do Alto da Caeira do Saco dos Limões**. 2009. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Santa Catarina.

MARTINELLI, M. L. *Serviço Social: identidade e alienação*. São Paulo: Cortez, 1989.

MEDEIROS, N. S., & Almeida, B. D. L. F. D. O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NAS ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS (ONGS): **DESAFIOS E PERSPECTIVAS NA CONJUNTURA DE CRISE CONTEMPORÂNEA** .2017 Disponível em: [seminarioservicosocial.paginas.ufsc.br/files/2017/05/Eixo\\_2\\_76.pdf](http://seminarioservicosocial.paginas.ufsc.br/files/2017/05/Eixo_2_76.pdf). Acesso em; 22 jul 2024

MINAYO, M. C. Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 17. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

MONTAÑO, Carlos Eduardo. O projeto neoliberal de resposta à questão social e a funcionalidade do terceiro setor. **Lutas Sociais**, n. 8, p. 53-64, 2002.

MONTAÑO, C Pobreza, questão social e seu enfrentamento. **Serviço Social & Sociedade**, n. 110, p. 270–287, abr. 2012.

MONTAÑO, C Um projeto para o Serviço Social crítico. **Revista Katálisis**, v. 9, n. 2, p. 141–157, jul. 2006.

NETTO, José Paulo. **O compromisso ético-político do Serviço Social é um compromisso com a mudança social, com a defesa dos direitos humanos e com a construção de uma sociedade mais justa e igualitária**. São Paulo: Cortez, 2011.

PEREIRA, Potyara Amazoneida Pereira. A questão social e as transformações das políticas sociais: respostas do estado e da sociedade civil. **SER Social**, Brasília, v.36, n. 6, p. 119-132, jan./jun. 2000.

PEREIRA, Potyara Amazoneida. Política social contemporânea: concepções e configurações no contexto da crise capitalista. Em: COSTA, L. C., NOGUEIRA, V. M. R., e SILVA, V. R., orgs. **A política social na América do Sul: perspectivas e desafios no século XXI** [online]. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2013. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/rfv9p/epub/costa-9788577982318.epub>. Acesso em: 5 de jul 2024.

SABOYA, R. T. DE. O estudo da forma urbana em Santa Catarina, Brasil. **Revista Brasileira de Gestão Urbana**, v. 12, p. e20190269, 2020

SILVA, Lídia Lopes da et al. **O trabalho do assistente social no " terceiro setor": a superação das dificuldades e a construção de caminhos**. 2008.

SOARES, Laura Tavares. **Os custos do ajuste neoliberal na América Latina**. São Paulo: Cortez, 2000.

SOUZA, J. M. A. D . Estado e sociedade civil no pensamento de Marx. **Serviço Social & Sociedade**, n. 101, p. 25–39, jan. 2010.

SOUZA, Eduardo Leite e SUGAI, Maria InêsMinha Casa Minha Vida: periferização, segregação e mobilidade intraurbana na área conurbada de Florianópolis. **Cadernos MetrÓpole** [online]. 2018, v. 20, n. 41 [Acessado 07 jun 2024] , pp. 75-98. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2236-9996.2018-4104>.

TEIXEIRA, Fernando. **O envolvimento de profissionais éticos no desenvolvimento de políticas públicas é fundamental para garantir que essas políticas promovam o bem-estar social e a equidade**. Porto Alegre: Editora RST, 2016.

VIANA, Maria José de Faria. Assistência social no contexto do pluralismo de bem-estar prevalência da proteção social plural ou mista, porém não pública. 2011.

VIEIRA, Thiago. **A qualidade dos serviços é significativamente aprimorada quando os profissionais são guiados por uma ética de responsabilidade e compromisso social**. Florianópolis: Editora UIO, 2015.

YAZBEK, Maria Carmelita. **A educação profissional deve fomentar a capacidade crítica e reflexiva, preparando os estudantes para se tornarem agentes de transformação social**. São Paulo: Cortez, 2009.

## ANEXOS

### ANEXO I - ENTREVISTA

#### Questões da Entrevista:

1 Em perspectiva histórica, quando surgiu o Serviço Social na AEBAS?

Resposta:

2 Há quanto tempo há profissional Assistente Social na Instituição? Antes de você já tinha outras Assistentes Sociais?

Resposta:

3 Em qual Universidade você realizou a graduação e em que ano?

Resposta:

4 Como é realizado o planejamento na Associação?

Resposta:

5 Como a problemática, as demandas são identificadas, como as metas e os objetivos são construídos?

Resposta:

6 Existe algum acompanhamento dos/as usuários/as?

Resposta:

7 Quais os limites que você identifica no trabalho profissional na AEBAS?

Resposta:

8 Quais as principais demandas atendidas?

Resposta:

9 Qual a abrangência no atendimento a essas demandas? O atendimento é suficiente para suprir as principais necessidades?

Resposta:

10 Quais as possibilidades de trabalho do Assistente social neste campo de atuação?

Resposta:

11 Quais as contradições que você identifica na sua atuação como Assistente Social em uma ONG?

Resposta:

12 Como você visualiza a concretização do Projeto Ético-Político no seu trabalho profissional na AEBAS?

Resposta:

Florianópolis 02 de julho de 2024